

# Aposentadoria

Benefício garantido ao servidor municipal que completar os requisitos mínimos determinados pela Constituição Federal, pela Lei Complementar nº478/2002 e suas alterações.

Como Requerer a Aposentadoria ([assista ao vídeo aqui](#))

Planejamento Financeiro ([assista ao vídeo aqui](#))

Previdências e Investimentos ([assista ao vídeo aqui](#))

## Requisitos / Documentos necessários

### Para todos os servidores:

- Documento de identificação com nome atualizado e CPF do(a) requerente: Carteira de Identidade (RG) (em boas condições e com emissão há menos 10 anos) **ou** Carteira de Motorista (CNH) **ou** Carteira de Identidade Profissional **ou** Passaporte válido expedido pela Polícia Federal. Na ausência do CPF no documento de identificação o(a) requerente poderá apresentar documento com número do CPF.

### Requisitos

Cada regra de aposentadoria possui requisitos distintos, a saber:

REGRAS DE APOSENTADORIAS VOLUNTÁRIAS – Para servidores que implementaram regra até o dia 30/08/2021.

- [APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - REGRA GERAL](#) (Art. 40 da CF/88, com redação dada pela EC nº 41/03 e Lei Federal nº 10.887/04)
- [APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE - PROPORCIONAL AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - REGRA GERAL](#) (Art. 40 da CF/88, com redação dada pela EC nº 41/03 e Lei Federal nº 10.887/04)
- [APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - REGRA TRANSITÓRIA](#) (Art.6º da EC nº 41/03, combinado com art. 2º e 5º da EC nº 47/05)

- [APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - REGRA TRANSITÓRIA - COM REDUTOR](#) (Art. 2º da EC nº 41/03, Lei Federal nº 10.887/04)
- [APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - REGRA TRANSITÓRIA - PEC PARALELA](#) (Art. 3º da EC nº 47/05).

REGRAS DE APOSENTADORIAS VOLUNTÁRIAS – Após a Reforma da Previdência Municipal de 30/08/2021 – NOVAS REGRAS

- [APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA – NOVA REGRA GERAL](#) - Art. 43 da LOMPA
- [APOSENTADORIA ESPECIAL POR EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS](#) - Art. 43-A II LOMPA
- [APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA REGRA ESPECIAL – PESSOA COM DEFICIÊNCIA](#) - Art. 43-A III LOMPA.

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA - Após a Reforma da Previdência Municipal de 30/08/2021– REGRAS DE TRANSIÇÃO POR PONTOS.

- [APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA – REGRA DE TRANSIÇÃO POR PONTOS](#) - Art. 43-B PARAG 8-I COM PARIDADE.
- [APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA – REGRA DE TRANSIÇÃO POR PONTOS](#) - Art. 43-B PARAG 8-II.
- [APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA – REGRA DE TRANSIÇÃO POR PONTOS](#) - Art. 43-B PARAG 8-III.

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA - Após a Reforma da Previdência Municipal de 30/08/2021 - REGRAS DE TRANSIÇÃO DO PEDÁGIO.

- [APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA – REGRA DE TRANSIÇÃO DO PEDÁGIO](#) - Art. 43-C PARAG 2-I COM PARIDADE.
- [APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA – REGRA DE TRANSIÇÃO DO PEDÁGIO COM REDUTOR](#) - Art. 43-C PARAG 2-I COM PARIDADE.

- [APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA – REGRA DE TRANSIÇÃO DO PEDÁGIO - Art. 43-C PARAG 2-II.](#)
- [APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA – REGRA DE TRANSIÇÃO DO PEDÁGIO COM REDUTOR – Art.43-C PARAG 2-II SEM PARIDADE.](#)
- [APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA – REGRA DE TRANSIÇÃO DO PEDÁGIO - Art. 43-C PARAG 2-III.](#)

## Principais Etapas do Serviço

- Acesse o [Portal de Serviços PREVIMPA](#);
- Clique no botão "Acesso Cidadão" e faça cadastro com e-mail particular (se ocorrer falha no login, permanecer na mesma tela e clicar novamente em "Acesso Cidadão");
- Acessar o menu "PREVIMPA" e após "APOSENTADORIA";
- Escolher a opção desejada;
- Preencher os dados e incluir a documentação solicitada;
- Clique no botão Criar;
- Será aberto um Ticket (chamado) o qual será atendido pela Unidade de Atendimento do PREVIMPA;
- Será aberto processo eletrônico o qual será atendido pela Unidade de Concessão e Revisão de Aposentadorias;
- Caso a documentação esteja em desacordo com o solicitado, o requerente será notificado a fim de proceder à correção em até 7 (sete) dias, sob risco de a análise ficar prejudicada;
- O número do processo eletrônico será informado, para acompanhamento.

## Previsão de Prazo para Realização do Serviço

Média de 180 dias.

## Formas de Prestação de Serviço

Atendimento online através do [Portal de Serviços PREVIMPA](#).

## Legislação

[Emenda à Lei Orgânica nº 47](#), de 18 de agosto de 2021 (altera o art. 43 e inclui arts. 43-A, 43-B, 43-C, 43-D e 43-E na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, dispondo sobre a aposentadoria do

servidor abrangido pelo Regime Próprio de Previdência Social).

[Decreto nº 16.988](#), de 14 de março de 2011 e suas alterações (dispõe sobre os dependentes dos segurados do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores de Porto Alegre).

[Emenda Constitucional nº 20](#), de 15 de dezembro de 1998 (modifica o sistema de Previdência Social e estabelece normas de transição).

[Emenda Constitucional nº 41](#), de 19 de dezembro de 2003 (modifica os artigos 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do parágrafo 3º do artigo 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998).

[Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005](#) (altera os artigos 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social).

[Emenda Constitucional nº 70](#), de 29 de março de 2012 (acrescenta o artigo 6º-A à Emenda Constitucional nº 41, de 2003, para estabelecer critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da publicação daquela Emenda Constitucional).

[Emenda Constitucional nº 88](#), de 7 de maio de 2015 (altera o artigo 40 da Constituição Federal, relativamente ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral).

[Lei Complementar nº 478](#), de 26 de setembro de 2002 e suas alterações (dispõe sobre o Departamento Municipal dos Servidores Públicos de Porto Alegre e disciplina o regime próprio de Previdência Social).

[Lei nº 5811, de 8 de dezembro de 1986](#) e suas alterações (estabelece o Sistema de Classificação de Cargos e Funções da Câmara Municipal de Porto Alegre).

[Lei nº 6309](#), de 28 de dezembro de 1988 e suas alterações (estabelece o Plano de Carreira dos Funcionários Públicos da Administração Centralizada do Município).

[Lei nº 8986, de 2 de outubro de 2002](#) e suas alterações (estabelece o Plano de Carreira dos Funcionários Públicos do PREVIMPA).

[Lei nº 6203](#), de 3 de outubro de 1988 e suas alterações (estabelece o Plano Classificado de Cargos dos Funcionários do Departamento Municipal de Água e Esgotos - DMAE).

[Lei nº 6253, de 11 de novembro de 1988](#) e suas alterações (estabelece o Plano de Carreira dos Funcionários Públicos do Departamento Municipal de Limpeza Urbana - DMLU).

[Lei nº 6151, de 13 de julho de 1988](#) e suas alterações (estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal).

[Lei nº 6310, de 28 de dezembro de 1988](#) e suas alterações (estabelece o Plano de Carreira dos Funcionários Públicos do Departamento Municipal de Habitação - DEMHAB).

[Lei nº 4308, de 13 de julho de 1977](#) e suas alterações (criação da Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC).

[Orientação Normativa nº 2](#), de 31 de março de 2009 e suas alterações (instituição do Regime Próprio de Previdência Social).

[Lei Federal nº 9717](#), de 27 de novembro de 1998 e suas alterações (dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de Previdência Social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal).

---

Revisão #1

Criado 17 May 2024 02:00:45 por icolabora

Atualizado 17 May 2024 02:00:46 por icolabora